

QUESTÕES DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Paulo Sérgio Batalha da Silva¹
Rosângela Duarte Pimenta²

¹ Graduado em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA Acadêmico do Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia - PROFSOCIO, professor da rede estadual de ensino do estado do Ceará - SEDUC, e-mail: paulo.batalha2012@gmail.com

Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil (2009)

Coordenação Mestrado Profissional da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Brasil, e-mail: rosangelapimenta@yahoo.com.br

Resumo: O artigo versa sobre as questões de gênero e sexualidade na perspectiva da BNCC, faz uma abordagem sobre a construção da base comum da educação e suas implicações no que diz respeito ao debate de gênero, uma vez que o gênero não é um dado da natureza, mas uma construção socio histórica, que representa anseios e consolida a dominação da 'norma'. O objetivo do referido estudo é analisar as questões de gênero e sexualidade na atual abordagem da BNCC, discutindo os interesses em jogo e as implicações práticas para a consolidação de uma sociedade justa, plural e livre. Realizou-se um estudo bibliográfico, livros artigos científicos e referenciais da educação nacional. Portanto, conclui-se que a omissão da BNCC na abordagem de gênero e sexualidade, negando o amplo debate e os tratando apenas como algo biológico e dado pela natureza, reforça os interesses da dominação hétero, branca e burguesa.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidade. BNCC. Escola. Dominação.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objeto de estudo as questões de gênero e sexualidade na perspectiva da BNCC, neste sentido, discute-se como base da educação nacional trata sobre esta temática, apontado avanços e retrocessos sobre a discussão de gênero no contexto dos documentos normativos da educação brasileira e o que este processo representa, tanto para as minorias, que sofrem com o desrespeito e intolerância a diversidade, bem como para aqueles que se intitulam de dono do poder e manipulam os rumos da educação no Brasil e, por consequência os rumos das prioridades nacionais.

Gênero e sexualidade são conceitos que permeiam a vida do indivíduo, mas também reforçam o poder da sociedade no campo de esfera particular, sendo a escola espaço de sociabilidade e formação dos sujeitos, lugar precípue para pluralidade e respeito a diversidade é fundamental a percepção de como a escola passará, de acordo com a BNCC, a tratar das questões de gênero e sexualidade, pois a BNCC tende negar o gênero como construção histórica e a sexualidade nas suas múltiplas possibilidades, sobretudo pela influência de movimentos conservadores, associando-os apenas as questões do biológico e ofuscando o aspecto social na construção e compreensão deste tema, por isso é necessário analisar as causas e impactos para esta postura.

Portanto tem-se como objetivo deste estudo, analisar as questões de gênero e sexualidade na atual abordagem da BNCC, para isso se faz necessário discutir os principais referenciais da educação em nível nacional, apresentar a perspectivas dos autores que estudam este tema e confrontar os interesses que estão em jogo na elaboração e consagração da BNCC, uma vez que analisar o gênero é perceber também as formas de dominações que perpassam, de maneira interseccional, gênero, raça e classe.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a elaboração deste trabalho optou-se por uma pesquisa bibliográfica ao que se refere aos procedimentos técnicos, no sentido de construir a discussão suscita, a partir do tema proposto com discussões já apresentadas em outros materiais, tais como, livros, documentos jurídicos e trabalhos acadêmicos/científicos, pois nas palavras de Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinados assuntos.

A análise teórica empreendida neste estudo, discute os conceitos de gênero e sexualidade, como estão empregados no texto da BNCC e o que essa abordagem legal representada. Para tanto alguns autores contribuem nesta discussão, Louro (1997), Giroto, (2017), bem como documentos educacionais Brasil (1998, 2013, 2014, 2018).

Em relação a natureza da pesquisa, trata-se de um estudo básico, pois o intuito é o saber, discutir as teorias que versam sobre gênero e sexualidade; do ponto de vista da abordagem da problemática, tem-se um trabalho qualitativo, visto que se procura apresentar, contrapor, fundamentar e analisar o tema, a partir de uma discussão sintética e analítica, não em dados estatísticos, mas na confrontação de teorias, temas, conceitos e autores e no que corresponde aos objetivos, trata-se de um estudo de cunho explicativo, de modo que procura-se as razões, explicações que estão envoltas na discussão sobre gênero e sexualidade, o que evidencia com os embates na educação são na verdade lutas por poder e dominação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A elaboração e homologação da BNCC em sua versão final consagra uma previsão da LDB e fecha um ciclo de retrocessos no que tange a discussão de gênero e sexualidade na educação escolar, visto que diferente dos PCNs a BNCC restringe a menção e abordagem destas temáticas, omissão iniciada com PNE (2014-2024). Deste modo, contrariando a concepção progressista de que é “indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de Gênero e Sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria produz” (LOURO. 1999, p. 81).

Um das abordagens feitas sobre o termo sexualidade na BNCC encontra-se na unidade que versa sobre vida e evolução “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da Sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2018, p. 349). Deste modo, se evidencia uma volta às discussões de sexualidade do início do século XX, numa perspectiva meramente biológico, higiênica e reprodutiva, além de negar por completo a discussão de gênero. Portanto o que a BNCC esconde é de grande relevância, pois o texto que orienta a base da educação nacional, fundamenta o projeto de desenvolvimento que o país pretende desenvolver no aspecto econômico e sobretudo social (GIROTO, 2017).

Não se pode conceber uma escola que reproduza as práticas sociais que menosprezam as minorias, que reprovam as condutas que fogem da ‘norma’, heterossexual, branca e burguesa, como afirma Louro (1997, p. 57) “A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas”.

“O que fica evidente, sem dúvida, é que a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino” (LOURO, 1997, p. 89). Destarte, a escola como instituição do estado e espaço do diálogo é um campo que se pauta por embates plurais e democráticos, todavia respeitando a construção histórica dos sujeitos e suas escolhas, por outro

lado o professor deve agir nesta arena de interesses conflitantes como um mediador e pautado na dialética, a fim de corroborar com as múltiplas opiniões.

Neste sentido, a elaboração da BNCC reflete seu caráter autoritário e conservador, em que se destaca a prevalência dos interesses da cultura heteronormativa, branca e burguesa, pois ao omitir em seu texto a discussão de gênero e tratar a sexualidade apenas na perspectiva biológica, este referencial atende as demandas daqueles que detém o poder e a narrativa tida como verdadeira, em detrimento dos valores das minorias. De modo que se regula o que será ensinado e aprendido de acordo com as perspectivas dominantes (SACRISTÁN, 2013).

Nota-se que a ausência do aspecto democrático na elaboração do texto da BNCC, logo compromete o amplo debate, sobretudo das minorias, por isso a discussão de gênero e sexualidade é basicamente suprimida, além disso a formação do indivíduo passa ser guiada pelo aspecto neoliberal. A política educacional brasileira aliada às instituições privadas nacionais e internacionais contribuem para que a educação e cidadania seja promovida pelo setor privado, o que por sua vez favorece a exploração dos trabalhadores pela força do capital, o que por sua vez dificulta a consagração dos direitos e liberdades individuais (SANTOMÉ, 2013). Portanto a elaboração da BNCC, está vinculada a um programa nacional que tende a formar mão-de-obra para a exploração capitalista e fechar um ciclo que nega a luta contra uma tríade desumana que marca a contemporaneidade, o patriarcalismo, o racismo e a luta de classes.

A partir das leituras levantadas e das análises realizadas é possível afirmar que há uma forte consolidação na sociedade brasileira, em especial no campo da educação para ‘combater’ a discussão de gênero e sexualidade, ou seja, pretende-se negligenciar uma discussão urgente e de competência da educação (escola), em nome dos valores tradicionais, do respeito a família e aos princípios cristãos, mas na verdade, o que isso representa é o desejo em manter a discriminação e exploração da minorias, a partir do preconceito de raça, da manutenção do patriarcalismo e da luta de classes, em nome da elite burguesa, privilegiada e usurpadora.

É possível perceber este poder de omitir a temática de gênero, quando se percebe a alteração no PNE, do art. 2º, inciso III, que antes da manipulação e alteração no congresso, apresentava a seguinte redação “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, neste sentido, uma das diretrizes do PNE era a abordagem de gênero com premissa para a igualdade, entretanto as pressões conservadoras fizeram com que o inciso III tivesse a seguinte redação “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014 p. 43).

A omissão apresentada no PNE iniciou um período de retrocessos na superação das desigualdade e no respeito a diversidade, o que culminou com a elaboração de uma base nacional que procura esconder que o gênero é construção, entendendo-o apenas como aspecto biológico, todavia essa postura da BNCC sobre a temática de gênero e sexualidade, reflete o conservadorismo que a bancada evangélica, demais grupos e movimentos tradicionais da sociedade representa, e reforça que a escola é utilizada como instrumento para produzir e reproduzir os preconceitos da sociedade, sobretudo no que diz respeito a negação dos direitos aos pobres, negros e homossexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto é notório o retrocesso que a educação experimenta, bem como a pauta de gênero e sexualidade com a aprovação da BNCC e com os avanços de uma política neoliberal e da ascensão de uma extrema-direita misógina, conservadora e homofóbica pois a BNCC representa a força que bancada evangélica e os setores conservadores e tradicionais possuem e como se constrói uma narrativa fictícia para manobrar a luta das minorias, neste caso das

mulheres e homossexuais e retroagir nos direitos conquistados, tudo isso a fim de manter o 'status quo' dominante.

Além disso, como apontado na introdução, que o objetivo desta pesquisa era de discutir e refletir a elaboração da BNCC sobre como a perspectiva de gênero e sexualidade é tratada no principal documento educacional de referência nacional, foi possível concluir que houve uma involução, no que se refere a esta temática, pois duas décadas após a LDB, nº 9394/96 e os PCNs primarem por uma educação justa, emancipadora, que combata as mais diversas formas de preconceito e discriminação e que reconheçam o papel da escola na luta sobre gênero e sexualidade, torna-se inconcebível pensar na omissão da BNCC e não procurar as razões para esta mácula nos direitos das minorias sociais.

Neste sentido, é imprescindível a atuação consciente de professores, comunidade científica, academia e de quem é empático com o oitem, para que o texto legal da BNCC não se transforme na prática em perseguição, discriminação a ponto de desprezar a diversidade, pluralidade e dignidade da pessoa humana, como assegura a CF/88, e que não se resuma a abordagem de gênero apenas ao masculino ou feminino, mas que se ratifique sua construção e pluralidade, que a sexualidade não seja diminuída a condição biológica, uma vez que a escola deve integrar, respeitar a diversidade, tendo com premissa a garantia da liberdade de corpos, mentes e almas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao ProfSocio-UFC/UVA, a todos os professores que fazem parte de seu colegiado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_19mar2018_versaofinal.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2021

_____. Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 7, p.1-20, 10 jan.2001.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. **Dos PCN a BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal**. Geo UERJ, n. 30, p. 419-439, 2017.

Louro, G. L. **Sexualidade, gênero e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SACRISTÁN, J.G. **O que significa o currículo?** In: J.G. SACRISTÁN (org.), Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre, Penso, p. 16-35. 2013.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Porto Alegre: Artmed, 2003.